

EUA acham que agora não existe desculpa

Armando Ourique

Washington — “Agora os bancos não têm mais desculpas” para recusar seus compromissos de participação no pacote de 6,5 bilhões de dólares de novos empréstimos ao Brasil, disse ontem uma fonte do Departamento do Tesouro norte-americano, expressando sua satisfação por ter o Congresso brasileiro aprovado o Decreto-Lei 2 065.

Na opinião dessa fonte, os próximos dias “serão um tanto dramáticos”, porque os banqueiros “vão esperar até a última hora” para comunicar suas participações no pacote. Mas, afirmando-se otimista, disse que, até meados da próxima semana, espera um volume suficiente de recursos comprometidos para o Conselho Diretor do FMI aprovar o programa brasileiro, no dia 18 de novembro.

“DIAS CRUCIAIS”

O FMI não quis se pronunciar sobre a aprovação do Congresso. Uma fonte do Departamento de Estado e um banqueiro que participa do comitê de assessoramento manifestaram opiniões cautelosamente otimistas sobre as negociações. “Haverá problemas com alguns bancos, mas, com a aprovação do 2 065, existe uma boa chan-

ce de que a comunidade dos banqueiros responderá positivamente. Os próximos dias serão cruciais”, afirmou o banqueiro.

Um diplomata afirmou-se “esperançoso que a aprovação do 2 065 abrirá caminho para um acordo”. Disse que “os banqueiros são homens inteligentes, que compreenderão a importância desse assunto, mas aguardarão até o último minuto para firmarem seus compromissos”. Revelou que o próprio Governo norte-americano estava aguardando a aprovação do 2 065 para definir — em reuniões interministeriais — a sua posição para a reunião do Conselho Diretor do FMI, a 18 do corrente.

A fonte do Departamento do Tesouro confirmou que os EUA ainda não formalizaram sua posição, mas disse “não ter nenhuma dúvida” de que o Governo americano apoiará a lei salarial brasileira na reunião do FMI, assim como os resultados da economia brasileira nos últimos meses.

Essa fonte revelou que os Governos de vários países credores ainda não decidiram pela concessão de garantias de crédito ao Brasil, que devem totalizar 2,5 bilhões de dólares, conforme o plano do FMI.